

CARTA AO BRASIL: ESTUDANTES EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, DA VIDA E DA CIÊNCIA

#ForaBolsonaro

O ano de 2020 foi marcado pela política genocida do governo Bolsonaro. Em um contexto de convergência de crise econômica, evidente pelos altos índices de desemprego, política, considerando a instabilidade das instituições democráticas e o agravamento da crise sanitária, não faltou resistência do povo brasileiro nesse período. Em 2021 esse cenário se mantém e hoje, ultrapassada a marca de 530 mil mortes no país e mais de 300 mil mortes só no ano de 2021, a condução da pandemia é marcada pelo descaso com a população, pelas posturas anticiência e pela incapacidade de apresentar medidas para salvar vidas.

O surgimento da pandemia do coronavírus, resultado da degradação do meio ambiente, surpreendeu o mundo. O Brasil foi um dos últimos países a manifestar contaminações pelo vírus. Porém, a postura negacionista de Bolsonaro não permitiu que o país se preparasse adequadamente. As mudanças repentinas diante da necessidade de uma abrupta política de distanciamento social, que inibisse a proliferação do vírus, e a ausência de perspectivas sobre o futuro da pandemia modificaram absolutamente a forma com que as pessoas se relacionam.

Ainda que insuficiente, sem planejamento nacional e sem apoio econômico aos trabalhadores, o isolamento social no Brasil impõe desafios à organização dos movimentos sociais, sobretudo ao movimento estudantil, já que as escolas e universidades têm sido as instituições cuja suspensão de atividades presenciais no ensino tem se estendido por mais tempo. Mesmo diante das dificuldades, o movimento estudantil demonstrou estar sempre alerta e mobilizado, ainda que virtualmente ou em ações presenciais reduzidas. Lutamos pelo adiamento do ENEM, por políticas de permanência estudantil, contra as intervenções nas universidades e institutos federais, pelo novo FUNDEB permanente, pela redução das mensalidades nas universidades privadas e organizamos ações de solidariedade, seja com arrecadação de alimentos ou na distribuição de apostilas para estudantes de cursinhos populares. Fomos vitoriosos em muitas dessas lutas, como na derrubada do pior ministro da Educação da história, Abraham Weintraub, e da intervenção federal no IFRN, assim como na aprovação do adiamento do ENEM.

Além disso, os estudantes, em conjunto com os movimentos sociais organizaram diversas ações de solidariedade por todo o país, seja com arrecadação de alimentos ou na distribuição de materiais para estudantes de cursinhos populares.

Mesmo diante dessa resistência e de diversas conquistas que buscavam frear os impactos da pandemia e dos ataques do governo federal, a situação da política e social do Brasil foi se agravando e se tornou cada vez mais evidente que o responsável por esse descontrole, gerando centenas de milhares de mortes que

poderiam ser evitadas, é Bolsonaro. E que não à toa passou a ser amplamente chamado de genocida.

Ao manifestar publicamente a sua decisão de não se vacinar, Bolsonaro acirra uma disputa política em torno da vacinação da população, influenciando muitos brasileiros com este pensamento e indo na contramão do combate à pandemia. Esta postura negligente em nada condiz com a postura de um chefe de estado frente à maior crise sanitária que o país já viveu, colocando em xeque a vida de milhões de brasileiros ao não chamar a responsabilidade e unificar a vacinação em um plano nacional com o auxílio de estados e municípios.

Além disso, Bolsonaro não queria implementar a política de Auxílio Emergencial, tendo, depois de muita luta pela aprovação do projeto, reduzido drasticamente o seu valor, levando a milhares de brasileiros que se encontram em situação de miséria e fome na pandemia sofrerem ainda mais.

O discurso obscurantista que nega ciência e levou à negligência na compra de vacinas, com a recusa sistemática das propostas da Pfizer, revelou sua motivação: surgem denúncias de um escândalo na compra de vacinas da fabricante Covaxin, superfaturadas em 1000% em relação ao seu valor original, com indícios da participação de militares e de que o montante excedente da compra seria distribuído para empresários apoiadores do governo. É notório também o caso envolvendo a venda das vacinas da AstraZeneca, com o pedido de propina de um dólar por dose. Ficou evidente que o negacionismo é na verdade um negócio para o governo, e as revelações diárias dos casos de corrupção de Bolsonaro e seus aliados envolvendo as vacinas os colocam em uma corda-bamba. Os parlamentares que dão sustentação a Bolsonaro são parte de uma lógica corrupta, garantindo sua permanência em troca dos orçamentos secretos.

Bolsonaro é sustentado também pelos mais de 6 mil militares que ocupam os cargos do alto escalão - já são mais militares no governo do que durante a própria ditadura fascista de 1964. Além de estarem envolvidos até o pescoço na corrupção e esquemas de Bolsonaro, recebendo supersalários, já deixaram claro que para eles o povo não tem que votar para presidente e se for preciso, repetirão a história de repressão e fechamento do regime. Mais uma vez, os estudantes e a juventude tem papel central de defender a democracia junto ao povo brasileiro.

Enquanto o Governo Federal nega a gravidade da pandemia para a população, saímos às ruas em carreatas, painéis e grandes manifestações para mostrar que o único caminho para superarmos essa crise é derrotar Bolsonaro e essa política assassina que vem sendo operada em nosso país, além de garantir a vacinação gratuita para todos através do SUS o mais rápido possível. Para isso, foram fundamentais as manifestações que se iniciaram massivamente no dia 29 de maio, a exemplo das manifestações antifascistas e manifestações em defesa das vidas

negras que ocorreram no ano passado. Assim, com cada vez mais povo na rua, poderemos impor essa derrota ao fascista Bolsonaro. Se em meio a uma pandemia, o povo sai às ruas para protestar, é porque seus governantes se tornaram mais letais do que o vírus.

Não é só a saúde pública que está em jogo nesse momento. A educação foi um dos principais setores impactados pela pandemia, especialmente pela ausência de coordenação de ações e políticas públicas por parte do governo federal que mitiguem esses impactos. Pelo contrário: as universidades públicas seguem vítimas dos cortes de verbas implementados pelo governo. Diferente de Bolsonaro, as universidades públicas e institutos de pesquisas não se furtaram de suas responsabilidades com o povo brasileiro, e estão sendo fundamentais no combate à pandemia. A Fiocruz e o Instituto Butantan são responsáveis pela produção de quase 100% das vacinas aplicadas no Brasil. A pandemia da Covid-19 só evidenciou a importância da ciência e das instituições públicas no Brasil.

Os dados preocupam: segundo o IBGE, o número de estudantes sem acesso à internet em 2020 atingiu a marca de 4,6 milhões. Em um momento em que o ensino remoto tem sido a regra para as universidades, a falta de políticas de assistência estudantil, principalmente no eixo da inclusão digital, contribui para o endividamento dos alunos das instituições privadas pela impossibilidade de arcar com as mensalidades e financiamento, e para a evasão dos estudantes das universidades públicas, pela falta de estrutura adequada para continuar os estudos, é fundamental que o Estado tenha uma política de financiamento que busque assistir os estudantes em vulnerabilidade social, para que concluam seus estudos e assim, possamos formar cientistas que contribuam para a garantia da soberania nacional.

Com orçamento reduzido, afetado pelo teto de gastos, e com demandas crescentes, muitas reitorias temem que as universidades não consigam manter seu pleno funcionamento no ano de 2021, fruto do projeto de desmonte da educação e da soberania nacional colocado em curso pelo governo Bolsonaro, no próximo período a UNE travará uma luta incansável pelo investimento na educação pública do país e para que haja investimento é fundamental que haja o repasse dos 50% do pré sal para as áreas da educação e saúde. É inaceitável que, nesse momento em que as universidades e a ciência se mostraram imprescindíveis para a comunidade, o Ministério da Educação imponha cortes de 1 bilhão no orçamento das instituições federais de ensino, o que representa 17,5% de suas despesas discricionárias, por isso precisamos ser ainda mais duros na luta pelo fim da EC 95, que tem colocado as universidades públicas e a ciência nacional em uma situação calamitosa.

Como se não fosse o suficiente, o desrespeito à autonomia das instituições de ensino, concretizadas por uma política de nomeação sistemática dos candidatos menos votados pela comunidade universitária, desde que ideologicamente

alinhados a Bolsonaro, tem sido utilizado como ferramenta para seu desmonte. Assim como na ditadura, as universidades voltam a ter interventores. Essas intervenções fazem parte de um projeto de privatização das universidades, pois com o controle das reitorias o governo federal poderá aplicar o projeto Future-se que privatiza a gestão das universidades e foi derrotado em 2019 pela comunidade acadêmica das universidades.

Desde o início da pandemia nenhuma proposta para minimizar os impactos na educação foi apresentada pelo Ministério da Educação. Pelo contrário: com o avanço da crise sanitária em nosso país, as atividades presenciais nas instituições de ensino superior foram substituídas pelas atividades remotas sem nenhum projeto para a continuidade das atividades nessa nova modalidade e sem levar em consideração a demanda pela inclusão digital que esse novo momento exige. A falta de coordenação nacional, deixou tudo a cargo da administração central das universidades.

Isso resultou na implementação do ensino remoto sem qualquer política de assistência e permanência estudantil para os estudantes que dependiam da estrutura da universidade para se alimentar, morar, ter acesso a internet e materiais didáticos, de forma desigual, onde algumas universidades conseguiram avançar na implementação de algumas políticas e outras não. A implementação dessa modalidade de ensino também potencializou as desigualdades que estruturam a vida das mulheres, visto um aumento na sobrecarga de trabalho dessas estudantes que se viram muitas vezes na condição de ter que realizar as tarefas domésticas, de cuidado, estudar e trabalhar, evidenciando também o processo de divisão sexual do trabalho. Sem qualquer coordenação nacional na implementação da modalidade remota de ensino e mesmo sem a garantia da ampla vacinação, o governo tentou impor a retomada das atividades presenciais através do PL 5595/2020. Exigimos a tomada de medidas como a vacinação para todos pelo SUS, testagem em massa, distribuição de EPIs, bolsas estudantis e contratação de mais professores para o retorno do ensino presencial com segurança.

Diante dessa situação vemos a evasão e o número de estudantes em situação de vulnerabilidade crescer exponencialmente, fechando ainda mais as portas da universidade para os grupos historicamente negligenciados, como os jovens negros, as mulheres, os trabalhadores e os LGBTQIA+. Essa condição está diretamente ligada com o crescente número de jovens que recorrem para os postos de trabalho informal, sem qualquer direito trabalhista, para contribuir com o sustento de suas famílias. Nesse sentido, a luta pela renovação da lei de cotas, que será revista em 2022, assume papel central para que não haja ainda mais retrocessos à democratização do ensino superior.

Temos dado resposta a esse cenário nas ruas. Milhares de pessoas têm ido às ruas em todos os cantos do Brasil, pelo Fora Bolsonaro, por um auxílio emergencial digno, em defesa da educação e da vacinação do nosso povo. Só com o povo na rua seremos capazes de derrotar o projeto de genocídio e desmonte do país que está em curso.

A União Nacional dos Estudantes teve um papel destacado nesse processo, desde a posição firme quanto à necessidade da convocação dos atos, até a mobilização na

base estudantil por meio de dezenas de assembleias, criando as comissões de saúde das manifestações, organizando estudantes da área da saúde, arrecadando recursos e distribuindo máscaras. A juventude e os estudantes mobilizados pela UNE, em conjunto com os movimentos sociais, representam hoje a massa que está nas ruas em defesa do país.

É preciso dar continuidade a esse processo de mobilização com responsabilidade, coesão, unidade e amplitude. A demonstração de forças do campo de oposição a Bolsonaro nas ruas inaugura uma nova fase das lutas populares, que serão fundamentais para a sua derrota. Consideramos indispensável nos manter mobilizados respondendo ao amplo sentimento de indignação social, construindo um calendário de plenárias estudantis, de lutas unificadas junto às Frentes Brasil Popular, Povo sem Medo, Campanha Fora Bolsonaro, centrais sindicais e absolutamente todos os setores da sociedade que queiram somar rumo a um novo dia de luta nas ruas no dia 24 de julho. Também convocamos os estudantes e todas as entidades nacionais e de base, para a construção do 11 de agosto em defesa da educação. No dia dos estudantes, vamos demonstrar nosso protagonismo na luta contra Bolsonaro para reverter os cortes, as intervenções e derrubar o genocida!

Reafirmamos nossa posição pelo impeachment de Bolsonaro. Seu governo, alinhado a parlamentares que avançam na agenda de privatizações, tem aprofundado as consequências da crise sanitária, política, econômica e social e, cada vez mais, vem mostrando ser o governo da morte, da anticiência, do obscurantismo e do aumento da pobreza e da desigualdade. Derrubar Bolsonaro e seu governo de militares e realizar uma reforma radical no Estado é a única forma de superar essa grave crise e salvar vidas. Por vida, pão, vacina e educação!

União Nacional dos Estudantes

18 de Julho de 2021.